



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável**

**SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização
Ambiental**

Parecer nº 19/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0009133/2021-59

Parecer nº 19/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA/2021

PARECER ÚNICO Nº 0081228/2021 (SIAM)

VINCULADO AO DOCUMENTO SEI Nº 25860355

FASE DO LICENCIAMENTO: LAC 1 – LOC

**INDEXADO AO
PROCESSO:**

Licenciamento Ambiental

PA COPAM:

18573/2014/001/2020

SITUAÇÃO:

Sugestão pelo Indeferimento

EMPREENDEDOR:

Elmo Mendes Bastos - ME

CNPJ: 18.419.144/0001-42

EMPREENDIMENTO:

Elmo Mendes Bastos - ME

CNPJ: 18.419.144/0001-42

ENDEREÇO: Sítio
Bastos, Alvinópolis - MG

ZONA: Rural

CEP: 35950-000

**LOCALIZADO EM UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO:**

() INTEGRAL () ZONA DE AMORTECIMENTO () USO
SUSTENTÁVEL (X) NÃO

COORDENADAS GEOGRÁFICA:

LATITUDE: 20° 06' 27.52" S

LONGITUDE: 43° 03' 26.89" O

BACIA FEDERAL: Rio Doce
Piranga

BACIA ESTADUAL: Rio Piranga

UPGRH: DO1 - Rio

**ATIVIDADE OBJETO DO
LICENCIAMENTO**

DN COPAM Nº. 217/2017

PARÂMETRO

**PORTE/
POTENCIAL
POLUIDOR**

CLASSE

B-10-07-0	Tratamento químico para preservação da madeira	Produção bruta 9.000 m³/ano	P/G	4
-----------	--	--------------------------------	-----	---

CRITÉRIO LOCACIONAL: Não há incidência de critério locacional

RECURSO HÍDRICO: Certidão de registro de uso insignificante de recurso hídrico Nº 0000148701/2019

CONSULTORIA AMBIENTAL/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Engenheira Civil e Ambiental
Rafaella de Paula Santos

REGISTRO: CREA-MG 229718/D - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº 14202000000005811596.

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP	ASSINATURA
Alicielle Souza Aguiar - Gestora Ambiental	1.219.035-1	
Maiume Rughania Sá Soares - Gestora Ambiental	1.366.188-9	
Emerson de Souza Perini – Analista Ambiental	1.151.533-5	
De acordo: Vinícius Valadares Moura Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.365.375-3	
De acordo: Elias Nascimento de Aquino Iasbik Diretor Regional de Controle Processual	1.267.876-9	



Documento assinado eletronicamente por **Maiume Rughania Sa Soares, Servidor(a) Público(a)**, em 23/02/2021, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Valadares Moura, Diretor(a)**, em 23/02/2021, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elias Nascimento de Aquino Iasbik, Diretor(a)**, em 23/02/2021, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Emerson de Souza Perini, Servidor(a) Público(a)**, em 23/02/2021, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25736888** e o código CRC **4E677326**.

Referência: Processo nº 1370.01.0009133/2021-59

SEI nº 25736888



1. Resumo

O empreendimento ELMO MENDES BASTOS - ME pretende retomar suas atividades de tratamento químico para preservação de madeira na zona rural do município de Alvinópolis – MG.

Em 03/11/2020 foi formalizado o processo administrativo nº 18573/2014/001/2020 para obtenção de licença ambiental na modalidade Licença de Operação Corretiva (LAC 2 – LOC).

A atividade a ser licenciada, de acordo com a Deliberação Normativa nº 217/2017, é a “B-10-07-0 Tratamento químico para preservação de madeira”, com produção nominal de 9.000 m³/ano, sendo classificada em classe 4, porte P, sem a incidência de critério locacional.

Foi verificado por meio dos arquivos digitais apresentados pelo empreendedor e arquivos do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a realização de intervenção ambiental em área de reserva legal, bem como em área de preservação permanente, para o desenvolvimento das atividades do empreendimento, sem o devido documento autorizativo.

Dessa forma, a partir dos estudos apresentados, e devidos às intervenções verificadas, a equipe interdisciplinar da SUPRAM/LM sugere o indeferimento do pedido de Licença de Operação Corretiva (LAC 2 – LOC), do empreendimento ELMO MENDES BASTOS - ME, conforme determinado na Resolução CONAMA nº. 237/1997, Decreto Estadual nº. 47.383/2018, Lei Estadual nº. 21.972/2016 e DN COPAM nº. 217/2017, com a apreciação do parecer técnico pela Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro.

2. Contexto histórico

O empreendedor da ELMO MENDES BASTOS - ME formalizou o Processo Administrativo nº 18573/2014/001/2020, de Licença de Operação Corretiva (LOC) na modalidade de LAC 2, visando obtenção da licença ambiental para produção nominal de 9.000 m³/ao de madeira tratada.

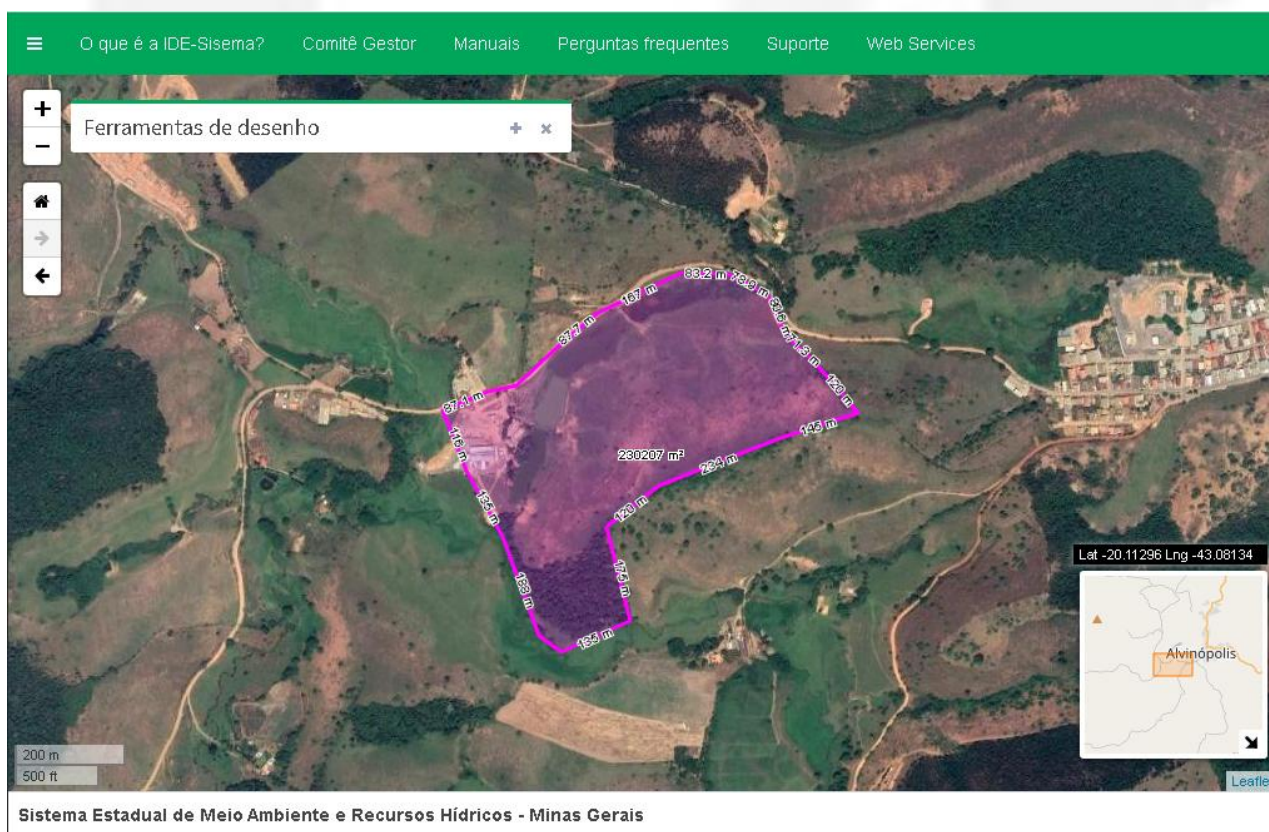
O processo encontra-se formalizado com Relatório de Controle Ambiental – RCA e Plano de Controle Ambiental – PCA, sob responsabilidade técnica da Engenheira Civil e Ambiental Rafaela de Paula Santos, conforme Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº 14202000000005811596.

3. Caracterização do empreendimento

O empreendimento ELMO MENDES BASTOS - ME situa-se em zona rural do município de Alvinópolis. Tem como coordenada central a Latitude 20° 06' 27.52" S e Longitude 43° 03' 26.89" O, Datum SIRGAS 2000.

A energia utilizada será fornecida pela concessionária local, Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - Cemig.

Figura 01. Localização do empreendimento



Fonte: IDE-SISEMA (acessado em 17/02/2021).

3.1. Máquinas e equipamentos



Para a operação do empreendimento está previsto a utilização de 01 retroescavadeira, 02 caminhões 1620, 01 caminhão F4000, 01 autoclave, 01 bomba de vácuo, 01 carreta tanque e 01 densímetro.

3.2. Matérias-primas e insumos

O preservativo (CCA – Arseniato de Cobre Cromatado Tipo C) é um produto do grupo de óxidos inorgânicos metálicos de classificação toxicológica Classe I – Extremamente tóxico de acordo com a classificação da Anvisa e Classe I – Alto risco de acordo com classificação do IBAMA tanto em forma concentrada quanto em solução aquosa.

O CCA é um fungicida e inseticida hidrossolúvel para uso em tratamento de madeira de consistência líquida viscosa e coloração castanho avermelhada.

Embora seja hidrossolúvel, não ocorre lixiviação da madeira devido a reação com as moléculas de celulose, resultando em compostos hidrossolúveis fixados por ligações químicas nas fibras, garantindo o efeito de preservação da madeira.

O produto químico a ser utilizado no empreendimento é o Madepil AC-40, quantidade média de 700kg/mês. Além de eucalipto em quantidade média de 720 m³/mês.

3.3. Processo produtivo

As etapas do processo são detalhadas a seguir:

1º Recepção Da Madeira

A matéria-prima utilizada no processo produtivo consiste exclusivamente em madeira de Eucalyptus cortadas em peças, as quais são preparadas previamente pelo fornecedor. Logo a madeira já chega ao empreendimento cortada e descascada, pois a presença da casca dificulta muito a penetração e absorção do produto do tratamento químico e dificulta o manuseio das peças.

2º Estoque De Madeira “In Natura”.

A madeira deve antes passar pelo processo de secagem, o que proporciona uma melhor padronização da matéria prima que será utilizada no tratamento. A secagem da madeira deve ser feita de forma homogênea, aumentando a eficiência do tratamento e alcançando uma melhor padronização do produto, além de minimizar e até evitar os “defeitos de secagem”, como as rachaduras, as manchas e o empenamento das peças. Esse período que a madeira é submetida a secagem natural dura aproximadamente 3 meses, até apresentar um grau de umidade compatível.



3º Carga Das Vagonetas

Após a secagem natural, as peças de madeira são transportadas e carregadas de forma manual ou com uso de trator em vagonetas, e serão levadas por meio de trilhos para o interior da autoclave para o processo de tratamento de imunização. Ressalta-se que para se conseguir realizar uma boa imunização, imediatamente antes do processo de tratamento a madeira deve possuir apenas 30% de umidade, não mais que isso.

4º UTM (Unidade de Tratamento Químico) – (Autoclave)

Entrada da Madeira na Usina de Tratamento.

5º Vácuo Inicial (Retirada De Umidade E Ar)

Primeiramente é realizado um vácuo inicial (visando abrir a raiz da fibra da madeira – facilitando a absorção do material ativo), com a trava de segurança e a autoclave fechada, inicia-se o processo de retirada do ar e umidade do interior da madeira; a bomba de vácuo é acionada com um vácuo inicial de no mínimo 560 mmHg durante um período que varia de 30 minutos a 1 hora.

6º Pressurização Da Autoclave

Após algum tempo, ainda com pressão negativa, é injetada a solução preservativa que preenche todas as células da madeira. Com a madeira totalmente imersa nesta solução é injetada pressão positiva até o preenchimento total e profundo das células. A aplicação de pressão tem a finalidade de facilitar a absorção da solução na madeira, garantindo uma maior proteção contra os fungos, bactérias e insetos.

7º Vácuo (Retirada do preservante - CCA Residual)

Finalizando a fase de pressão, a solução excedente é bombeada de volta ao reservatório inicial para ser reutilizada em outra aplicação, esvaziando-se totalmente a autoclave, o qual demonstra que este sistema possui ciclo fechado. Após isso, inicia-se o vácuo final para a retirada do excesso de solução preservativa da superfície da madeira. A duração do ciclo de tratamento é de aproximadamente 3,5 horas.

8º UTM (Autoclave) Saída

Após aliviar a pressão, o líquido não absorvido retorna ao reservatório inicial, pelo bombeamento, sem qualquer contato com o ambiente externo. Posteriormente, a autoclave é aberta. Todo e qualquer efluente que fique no fundo da autoclave são direcionados para um recipiente próprio para assegurar que este efluente não se perca.

A vagoneta segue para fora da autoclave com a madeira umedecida, onde é levada para o local de curso devidamente preparado (piso impermeabilizado, cobertura do local com canaletas – permanece por volta de 3 horas) depois vai para a área de secagem e armazenamento, onde é estocada. Depois, já está pronta para a expedição.



9º Descarga Das Vagonetas

Após a finalização de todo o ciclo de tratamento, as madeiras são retiradas das vagonetas e depositadas no pátio, onde permanecem num período de cura (descanso), que é determinado pela temperatura ambiente (3 a 13 dias). Neste período não é recomendável manusear a madeira e nem colocá-la em contato com a água. Após esse período a madeira está pronta para a comercialização.

10º Depósito De Madeira Imunizada

Como dito anteriormente a madeira deve ficar armazenada no empreendimento entre 3 e 13 dias, de acordo com as condições climáticas. Após esse período a madeira tratada pode seguir para expedição.

11º Expedição De Madeira Imunizada

Nesta etapa a madeira já está em seu processo final, se encontra na área de estocagem de produtos acabados e está pronta para ser remetida ao cliente. A partir das etapas demonstradas acima, pode se dizer que a madeira preservada é submetida a um tratamento químico por impregnação intensa e profunda através do processo industrial sob pressão (autoclave), proporcionando ao material tratado uma alta resistência ao ataque de agentes biológicos.

A Elmo Mendes Bastos ME utiliza processo Bethell (Célula Cheia), em autoclave com volume de 14 m³ de capacidade de tratamento. Esse processo é empregado quando se deseja uma retenção elevada na quantidade de preservativo por volume de madeira nos seguintes passos:

1º após carregamento e fechamento da autoclave, e vácuo inicial de 500 a 600 mmHg, durante um tempo que varia de 30 minutos a 1 hora. A finalidade é extrair parte do ar das camadas superficiais da madeira para facilitar a entrada do preservativo;

2º Admissão do preservativo é realizada sem o rompimento do vácuo, aproveitando-se do mesmo. Caso necessário, pode ser completada com o auxílio de uma bomba de transferência, pois a autoclave deve ficar completamente cheia com a solução de preservativo, sem a ocorrência de bolsas de ar;

3º Com a autoclave totalmente preenchida, liga-se o compressor de bomba de pressão até se atingir a pressão mínima de 10 a 12 kgf/cm². O período/pressão varia de 1 a 5 horas, sendo necessária a absorção correta quantidade de preservativo para obter a retenção desejada;

4º A pressão é aliviada e o preservativo restante é bombeado de volta, através das bombas de transferência, para o tanque reservatório;

5º então é aplicado o vácuo final de curta duração, com finalidade de eliminar o excesso de preservativo sobre a superfície da madeira evitando o desperdício.



4. Caracterização ambiental

O empreendimento está localizado em Zona Rural no município de Alvinópolis/MG.

O município de Alvinópolis se localiza no centro-leste do estado, inserido na mesorregião metropolitana de Belo Horizonte e microrregião de Itabira, a cerca de 163 km da capital. Possui uma área de aproximadamente 600 km² e tem seus limites com os municípios limítrofes: Barra Longa, Catas Altas, Dom Silverio, Mariana, Rio Piracicaba, Santa Bárbara e São Domingos do Prata. A Região está inserida na Bacia do Rio Doce, sub-bacia do Rio Piranga, e tem como rios principais o Rio Piracicaba, Rio do Peixe, Rio sem peixe e Ribeirão do Turvo.

O clima da região de Alvinópolis/MG, que apresenta altitude acima de 500 m é definido como tropical de altitude, onde os verões são amenos e chuvosos, com invernos de chuvas escassas, época onde são registradas as menores temperaturas do ano. A temperatura média anual é: 20,1 °C, a média máxima anual: 26,5 °C, a média mínima anual: 15,9 °C.

Os Latossolos Vermelho-Amarelos formam a classe de ocorrência mais extensa, desenvolvendo-se ao longo de praticamente toda a UPGRH.

Próximo às confluências dos rios Carmo, Piranga e Casca, junto ao rio Doce, dominam os Argissolos Vermelhos. Nas nascentes dos rios Carmo e Piranga ocorrem os Cambissolos Háplicos. Na parte baixa da unidade, já na calha do rio Doce, junto à confluência do rio Matipó ocorrem os Latossolos Amarelos. Ainda há uma ínfima porção de Argissolos Vermelho-Amarelos junto às nascentes dos rios Turvo, Turvo Limpo e Turvo Sujo.

Do ponto de vista da geologia econômica, a UPGRH DO1 abriga ocorrências (com ou sem exploração) de minério de ferro, gemas diversas, ouro, rochas ornamentais e materiais de construção, predominantemente areia.

O município de Alvinópolis – MG desenvolve-se sobre o bioma da Mata Atlântica, o qual representa um dos maiores repositórios de biodiversidade do planeta.

Houve muitos prejuízos à fauna e flora, com o decorrer dos anos com o processo colonizador da região do Rio Piranga.

No caso da propriedade resta uma vegetação natural primitiva e também gramínea introduzidas nas áreas de pastagens de gado. A área encontra-se hoje em um processo de regeneração natural onde se nota a colonização de espécies pioneiras.

5. Diagnóstico ambiental



De acordo com a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IDE SISEMA pôde-se observar que:

- ✓ O empreendimento não se localiza no interior de Unidades de Conservação (UC);
- ✓ Não se localiza em terras indígenas e quilombolas ou raios de restrição destas;
- ✓ Não intervém em Rios de Preservação Permanente, corredores ecológicos legalmente instituídos pelo IEF e Sítios Ramsar;
- ✓ Não se encontra no interior de áreas de conflitos por uso de recursos hídricos definidas pelo IGAM;
- ✓ Não se encontra inserido em área de drenagem a montante de cursos d'água enquadrados em Classe Especial;
- ✓ Não se localiza nas áreas de influência das Cavidades Naturais Subterrâneas (CNS) cadastradas no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) e disponíveis no IDE. Localiza-se em área de potencialidade baixa para ocorrência de cavidades.
- ✓ Não está localizado em Áreas de Segurança Aeroportuárias - Lei nº 12.725/2012.
- ✓ O empreendimento está inserido dentro dos limites do bioma Mata Atlântica, delimitado pela Lei Ordinária n. 11.428/2006;

6. Reserva Legal

A Lei Estadual nº 20.922/2013, Artigos 24, estabelece que:

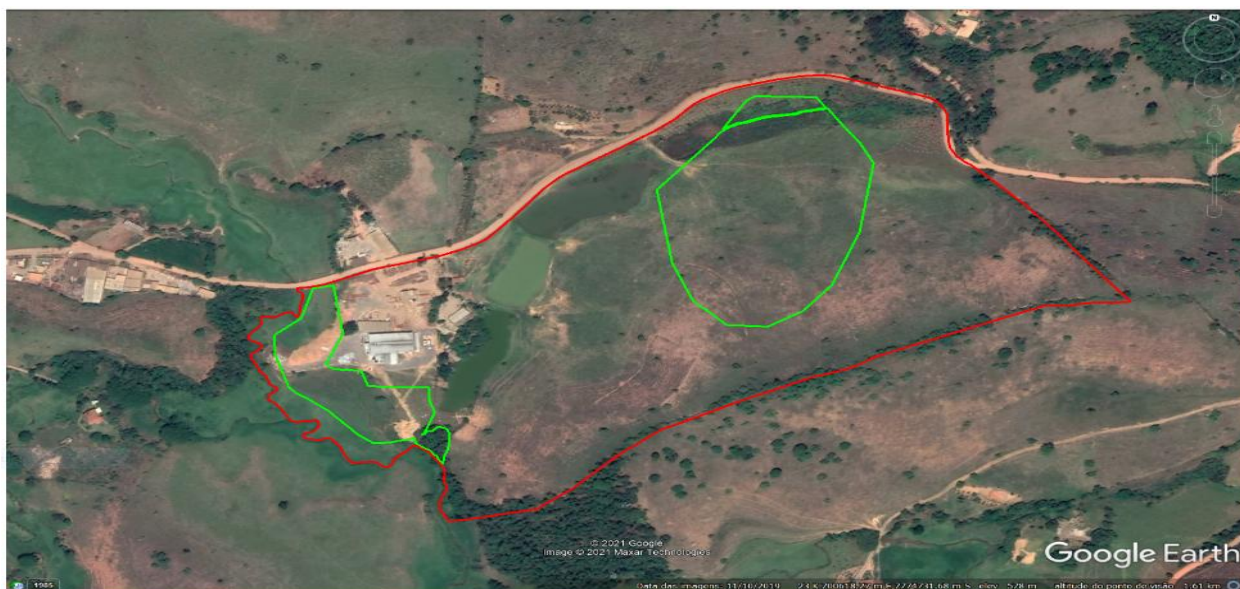
Art. 24. Considera-se Reserva Legal a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos desta Lei, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade, abrigar a fauna silvestre e proteger a flora nativa.

O imóvel fazenda Benfica possui área escriturada de 22,8054 ha conforme matrícula M-2060. Em consulta ao CAR MG-3102308-0712B5C4C23046ED978EB6534D97A53F verificou-se que consta declarada área de 5,51 ha a título de reserva legal, o que corresponde a 24,18% da área do imóvel atendendo assim, o pressuposto da Lei 20.922/2013.

Em consulta aos arquivos digitais disponíveis em www.car.gov.br verificou-se, porém que as áreas (três fragmentos) demarcadas a título de reserva legal são desprovidas de vegetação nativa contempla áreas de preservação permanente desprovidas de vegetação nativa e que há parte do empreendimento inserido dentro da área delimitada como de reserva legal conforme imagens abaixo:



Figura 2: Limites da propriedade e da RL



FONTE: Google Earth e arquivos digitais do CAR

Figura 3: Área do empreendimento e intervenções realizadas em RL



FONTE: Google Earth e arquivos digitais do CAR

Conforme código florestal - Lei 20922/2013 é vedada a realização de atividades como as desenvolvidas pelo empreendimento dentro da área da reserva legal conforme disposto na Seção II da referida norma.

Nesse sentido, verifica-se a incompatibilidade das atividades desenvolvidas com a alocação a área de reserva legal.



Ainda, de acordo com o artigo 3º do Decreto Estadual 47749/2019:

Seção I - Das autorizações

Art. 3º São consideradas intervenções ambientais passíveis de autorização:

I - supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo;

II - intervenção, com ou sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente - APP;

III - supressão de sub-bosque nativo, em áreas com florestas plantadas;

IV - manejo sustentável;

V - destoca em área remanescente de supressão de vegetação nativa;

VI - corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas;

VII - aproveitamento de material lenhoso.

Quanto às áreas de preservação permanente existentes nos limites do imóvel, percebe-se a ocorrência de intervenção ambiental passível de autorização. Não foi apresentado nos autos do processo documento autorizativo para o desenvolvimento de atividades nestas áreas, tendo em vista que se trata de intervenção já realizada.

Figura 4: Limites da propriedade e APPs sem intervenções



FONTE: Google Earth e arquivos do CAR (imagem de 09/07/2018)



Figura 5: Limites da propriedade e APPs após realização de intervenção.



FONTE: Google Earth e arquivos do CAR (imagem de 11/11/2019)

Em razão destas intervenções foi lavrado em desfavor ao empreendedor auto de infração, conforme decreto estadual vigente.

7. Utilização de recursos hídricos

A água utilizada no empreendimento é proveniente de uma captação de 0,800 l/s (litros por segundo) de águas públicas de uma lagoa, durante 03:00 horas/dia no ponto de coordenadas geográficas de latitude 20°06'58"S 43°04'39"W para fins de consumo industrial. A captação é regularizada através da certidão de registro de uso insignificante de recurso hídrico Nº 0000148701/2019 válida até o dia 25 de setembro de 2022.

8. Aspectos/impactos ambientais e medidas mitigadoras

- Efluentes líquidos: Não há geração de efluentes líquidos industriais, considerando que o processo de tratamento da madeira ocorre em circuito fechado. Ocorre a geração de efluentes sanitários.

Medidas mitigadoras: Todo o processo é acompanhado com o objetivo de reduzir perdas por derramamentos, quedas acidentais e demais ações que possam contribuir para a geração de efluentes industriais. O processo de balanceamento da solução aquosa (água+ preservativo) é mecanizado com o objetivo de evitar perdas e desperdícios de produtos. Todo efluente líquido eventualmente gerado no depósito de produtos químicos, na área de movimentação das vagonetas, na abertura da autoclave após o tratamento e em eventuais



vazamentos nas tubulações são recolhidos pelas canaletas, direcionados para o fosso e integralmente reutilizados no processo. O esgoto sanitário será lançado no sistema de tratamento de esgoto existente na propriedade. O sistema é composto por fossa séptica, filtro e sumidouro.

- **Contaminação do solo:** Poderá ocorrer em caso de derramamento de produtos químicos ou seu armazenamento e/ou manuseio inadequado.

Medidas mitigadoras: Mesmo que haja qualquer tipo de vazamento ou derrame do CCA, não ocorrerá poluição ou contaminação do solo e água, pois o processo de tratamento químico é desenvolvido em um sistema fechado. No qual a área é concretada e os efluentes provenientes são direcionados ao fosso da Autoclave, e assim serão recalcados para o tanque de solução em circuito fechado.

- **Resíduos Sólidos:** Os resíduos sólidos gerados no empreendimento são relativos à área administrativa, como plásticos, papeis, e resíduos orgânicos provenientes de restos das refeições realizadas pelos funcionários na sede da empresa. A madeira a ser tratada no empreendimento já chega ao mesmo em acordo com o padrão de qualidade necessário para tratamento, logo não há atividades geradoras de resíduos como: desbaste, corte ou aparas de madeira

Medidas mitigadoras: Os resíduos classe II serão separados, armazenados e entregues a coleta municipal de Alvinópolis. As embalagens vazias de CCA ficam dispostas em locais adequados até que são recolhidas pela própria empresa fornecedora.

- **Ruídos:** Os ruídos procedentes da atividade de tratamento químico para preservação da madeira serão basicamente devido ao maquinário para execução da atividade.

Medidas mitigadoras: Utilização de equipamentos de proteção individual.

Emissões atmosféricas: ocorre geração de material particulado (poeira) devido a movimentação de veículos e equipamentos, por ação dos ventos no empreendimento e no transporte, e por poluentes gasosos gerados por consequência da combustão dos combustíveis.

Medidas mitigadoras: Para minimização da geração de poeira o empreendimento possui uma carreta tanque para aspersão de água no pátio quando necessário.

9. Controle Processual



Trata-se originalmente de pedido de Licença de Operação Corretiva (LOC), na modalidade de LAC1, formulado por ELMO MENDES BASTOS ME (CNPJ: 18.419.144/0001-42), para fins de regularização da atividade de tratamento químico para preservação de madeira (Cód. B-10-07-0 da DN COPAM n.º 217/2017), em empreendimento localizado no Sítio Bastos, zona rural do município de Alvinópolis/MG.

Os Módulos de Caracterização do Empreendimento inicialmente apresentados, fls.07/17, datam de 28/08/2020, sendo a responsabilidade pelas informações prestadas da Sra. Yasmin Karoline Silva Félix, cujo vínculo com a empresa se verifica por meio do instrumento particular de procuração, fl. 25, e cópia do documento pessoal de identificação de fl. 26. A procuração fora outorgada pelo Sr. Elmo Mendes Bastos, sócio administrador da sociedade empresária, conforme Contrato Social de fls. 219/220 e documento pessoal de identificação de fl. 36.

Uma nova caracterização do empreendimento foi apresentada às fls. 203/214, cuja responsabilidade é, também, da procuradora outorgada, a Sra. Yasmin Karoline Silva Félix, conforme mesmo instrumento de procuração anteriormente citado.

O CNPJ do empreendimento encontra-se com a situação cadastral “ativa” junto à Receita Federal conforme comprovante de inscrição de fl.37.

Por meio das informações prestadas gerou-se o FOB n.º0136961/2019, que instruiu o Processo Administrativo, PA n.º18573/2014/001/2020, formalizado em 03/11/2020, sendo, enquadrado eletronicamente na modalidade de LAC1 (LOC), Classe 4, Critério Locacional 0. Registra-se que as modalidades de licenciamento são estabelecidas eletronicamente através da matriz de conjugação de classe e critérios locacionais de enquadramento, conforme Tabela 3 da DN COPAM n.º217/2017.

Em síntese, extrai-se das primeiras informações prestadas que o empreendimento:

- Trata microempresa;
- Opera a atividade desde 04/07/2013;
- Não se encontra localizado em Reserva da Biosfera;
- Não se encontra em Unidade de Conservação de Proteção Integral ou seu entorno, nem mesmo em Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou APA;
- Não se encontra localizado em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades;
- Não haverá supressão de vegetação nativa, bem como, não haverá intervenção em Área de Preservação Permanente (APP);
- Faz uso de recurso hídrico – Cadastro de Uso Insignificante – Processo n.º58266/2019.



Quanto a esta última informação, registra-se que fora apresentada cópia da Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº0000148701/2019, Processo nº0000058266/2019, em nome de ELMO MENDES BASTOS – ME (CNPJ: 18.419.144/0001-42), emitida em 25/09/2019 e válida até 25/09/2022, fls.34; 104; 180 e 216, cuja finalidade é a regularização de uma captação superficial (Lagoa), para fins de consumo industrial. Ainda, quanto a utilização dos recursos hídricos, convém dizer que os dados trazidos na última caracterização do empreendimento informam que o mesmo faz uso de recurso hídrico outorgável, entretanto, não há processo de outorga formalizado e/ou vinculado ao presente expediente de regularização ambiental.

Instrui o pedido de regularização ambiental o Plano de Controle Ambiental (PCA), fls.136/173, e o Relatório de Controle Ambiental (RCA), fls. 55/98. Os estudos (RCA; PCA) estão acompanhados da ART nº14202000000005811596, fl.135; 199, da Eng. Civil e Ambiental, a Sra. Rafaela de Paula Santos.

Registra-se que novos Módulos de Caracterização foram apresentados às fls. 203/214. A retificação ocorrera por solicitação da empresa de consultoria ambiental às fls. 201, para fins de alterar dados acerca do uso de recursos hídricos e do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Ao que se percebe, as alterações não foram somente estas. Conforme consta no Módulo de Caracterização do Empreendimento inicialmente apresentado, a empresa opera a atividade desde 04/07/2013, fl.14; já nos módulos retificados apresentados posteriormente, informa-se que a fase objeto do requerimento é “operação” “a iniciar”, fl.210.

Conforme relatório fotográfico de fls. 129/133 entende-se (em princípio) que o empreendimento já opera a atividade (há cópia de Nota Fiscal de devolução de tambores vazios, fl.191), entretanto, no PCA, fl. 145, e no RCA, fl.65, a responsável técnica informa que o empreendimento não se encontra em operação. Considera-se que as informações apresentadas ao órgão ambiental para fins de caracterização do empreendimento apresentam-se, assim, controversas.

Registra-se, nos termos do art. 32 do Decreto Estadual nº47.383/2018 que a atividade ou o empreendimento em instalação ou em operação sem a devida licença ambiental deverá regularizar-se por meio do licenciamento ambiental em caráter corretivo, mediante comprovação da viabilidade ambiental, que dependerá da análise dos documentos, projetos e estudos exigíveis para a obtenção das licenças anteriores e, ainda, a continuidade de instalação ou operação da atividade ou do empreendimento dependerá da assinatura de termo de Ajustamento de Conduta – TAC junto ao órgão ambiental competente, independentemente da formalização do processo de licenciamento.

A Prefeitura de Alvinópolis declarou em 29/04/2019 e 21/08/2020, fl.49; 231, que o tipo de atividade desenvolvida e o local do empreendimento estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município, especialmente no que se refere às leis municipais de uso e ocupação do solo. Firma o documento o prefeito municipal, o Sr. João Batista Mateus de Moraes, conforme se verifica do Termo de Posse de fls. 52/53 e cópia do documento pessoal de identificação, fl.50.



Conforme juntado aos autos, o imóvel onde se propõe o empreendimento encontra-se matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Alvinópolis, M-5576, com área originária de 18,48,35ha (Certidão lavrada em 11/07/2019), fls. 100/102; 195/197, cuja propriedade verifica ser do Sr. Elmo Mendes Bastos. Apresentou-se Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR), fls.241/246.

Informou-se as coordenadas geográficas de um ponto central do empreendimento no módulo de caracterização, fl.14. Constan no processo conteúdo digital e declaração, fl.04; 21, informando *que a cópia digital apresentada confere com o original entregue em documento impresso.*

Juntou-se Declaração no qual o representante legal do empreendimento, o Sr. Elmo Mendes Bastos, e o responsável técnico, o Sr. Júlio Inácio da Silva informam *a inexistência de áreas suspeitas de contaminação ou contaminadas em função das atividades do empreendimento e que todas as informações prestadas à FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente são verdadeiras*, fl.38.

Consta no processo o Certificado de Regularidade (CR) referente ao Cadastro Técnico Federal do IBAMA do empreendimento ELMO MENDES BASTOS (CNPJ: 032.457.746-05), fls.24; 215. Não constam o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA) da responsável técnica, a Eng. Civil e Ambiental, Sra. Rafaela de Paula Santos e da empresa de Consultoria Ambiental, PRÓ LIFE Serviços Ambientais Ltda. ME (CNPJ 10.339.367/0001-98).

O pedido de licença ambiental consta publicado pelo empreendedor na imprensa local/regional, Jornal Gazeta Regional veiculado em 25/09/2019, fls. 22. Convém dizer que no pedido de licença publicado na imprensa local/regional consta “Licença Ambiental Concomitante 1 (LP, LI e LO)”; o FOB n.º0136961/2019A que instrui o PA n.º18573/2014/001/2020 refere-se à modalidade diversa, a saber: LAC1 (LOC), Classe 4, Critério Locacional 0.

O pedido de licença consta publicado pelo órgão ambiental na Imprensa Oficial de Minas Gerais (IOF/MG) de 05/11/2020, Diário do Executivo, Caderno 01, pág.04, fl.03.

Nos termos do art. 19, caput, do novel Decreto Estadual nº 47.383/2018, *“é facultado ao administrado solicitar ao órgão ambiental a emissão de certidão negativa de débitos de natureza ambiental, que não integrará os documentos obrigatórios de instrução do processo de licenciamento”.*



Os custos referentes ao pagamento dos emolumentos pela emissão do FOB n.º0136961/2019 constam quitados, conforme se verifica por meio do Documento de Arrecadação Estadual (DAE) e comprovante de pagamento apresentado anexado aos autos, fls.30/33¹.

Quanto o custo pela análise processual registra-se o disposto no art. 11, inciso II, da Resolução Conjunta IEF/SEMAD/FEAM nº 2.125/2014, que dispõe, dentre outros, serem isentos do custo para análise nos processos de licenciamento ambiental as microempresas e microempreendedores individuais (MEI). Apresentou-se a Certidão Simplificada da JUCEMG, fl.35, no qual verifica-se que a empresa ELMO MENDES BASTOS ME (CNPJ: 18.419.144/0001-42) enquadra-se na condição e microempresa (Certidão emitida em 25/09/2019). Conforme exigência contida no FOB nº0136961/2019A a Declaração de microempresa da JUCEMG ou micro produtor rural SEFAZ, deverá ser emitida nos últimos doze meses (*da formalização do processo*). A Certidão Simplificada da JUCEMG apresentada data de 25/09/2019; registra-se que o presente processo fora formalizado em 03/11/2020, assim, constata-se que quando da formalização do pedido de licença a referida certidão não se encontrava apta à instrumentalizar o processo.

O empreendimento enquadrou-se eletronicamente pelo Sistema de Requerimento de Licenciamento Ambiental em Classe 4, Porte P, Fator Locacional "0", conforme critérios definidos pela DN n.217/2017 (Potencial Poluidor Geral: "G"; Porte: "P") B-10-07-0: Tratamento químico para preservação de madeira, Produção Nominal: 9.000m³/ano. A competência em apreciar o presente pedido é da Superintendência Regional de Meio Ambiente (Supram), nos termos do art. 3º, inciso IV do Decreto Estadual n.º47.383/2018.

Em que pese a documentação e estudos apresentados nos autos do processo, em seu mérito de análise, o processo não se encontra passível de aprovação, em vista das considerações abordadas e descritas neste PU, motivo pelo qual, acompanha-se a sugestão pelo indeferimento do pedido de Licença de Operação Corretiva (LOC), na modalidade de LAC1, formulado por ELMO MENDES BASTOS ME (CNPJ: 18.419.144/0001-42), para a atividade de tratamento químico para preservação de madeira (Cód. B-10-07-0 da DN COPAM n.º 217/2017), em empreendimento localizado no Sítio Bastos, zona rural do município de Alvinópolis/MG.

É a nossa manifestação, *sub censura*.

10. Conclusão

A equipe interdisciplinar da SUPRAM/LM sugere o indeferimento da Licença de Operação Corretiva (LAC 2 – LOC), para o empreendimento ELMO MENDES BASTOS - ME, para a atividade "B-10-07-0 Tratamento químico para preservação de madeira", localizado no município de Alvinópolis – MG.

¹ Conferido em 30/11/2020 via
<http://daeonline1.fazenda.mg.gov.br/daeonline/exibirConsultaPagamentoDocumentoEstadual.action>



As considerações técnicas e jurídicas descritas neste parecer opinativo devem ser apreciadas pela Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM/LM, conforme disposições do Decreto Estadual nº. 47.383/2018².

Cabe esclarecer que a SUPRAM/LM não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais autorizados nessa licença, sendo a elaboração, instalação e operação, tanto quanto a comprovação quanto a eficiência destes, de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

² [...] 48. O parecer administrativo e a nota técnica não equivalem ao ato administrativo a eles posterior, ainda que o administrador tenha acatado integralmente o parecer. O parecer não possui valor normativo, servindo apenas de orientação ao gestor na tomada de decisões. (Parecer nº16.056/2018 – AGE MG)